

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**“Polícia e Delinquente de Costas Viradas”:***um estudo sobre a acção da polícia no  
Bairro de Chamanculo*

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau  
de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

**Autora:**

**Olinda AdrianO**

**Supervisor:**

**Dr. Baltazar Samuel Muianga**

**Maputo, Novembro de 2014**

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Título:

**“Polícia e Delinquente de Costas Viradas”:***um estudo sobre a acção da polícia no Bairro de Chamanculo*

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

**Autora:**

**Olinda Adriano**

**Supervisor:**

**Dr. Baltazar Samuel Muianga**

**Maputo, Novembro de 2014**

**“Polícia e Delinquente de Costas Viradas”:***um estudo sobre a acção da polícia no Bairro de Chamanculo*

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

**Olinda Adriano**

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Supervisor: Dr. Baltazar Samuel Muianga**

**O Júri**

**O Supervisor:**

Dr. Baltazar Samuel Muianga

**O Presidente:**

Dr. Domingos Langa

**O Oponente:**

Dr. Eugénio Brás

**Maputo, Novembro de 2014**

## **DECLARAÇÃO DE HONRA**

Eu, Olinda Adriano, declaro por minha honra que o presente trabalho de fim de curso de Licenciatura em Sociologia, nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer outro grau acadêmico, daí que os resultados desta pesquisa, constituem fruto da minha investigação pessoal, estando indicadas na bibliografia todas fontes por mim utilizadas no decorrer do trabalho de pesquisa.

**Olinda Adriano**

---

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a Deus, a minha mãe e ao meu falecido pai, pelas virtudes que me concederam para a realização do presente trabalho: a fortaleza, a paciência, a sabedoria, etc. Para que em momento nenhum pensasse em desistir apesar de todas as dificuldades encontradas durante a caminhada.

## **Agradecimentos**

Agradeço em especial ao meu pai de coração (Adriano Jemusse) por ter feito o possível e o impossível para que eu me formasse até a este nível, não tenho palavras para expressar a atenção e o carinho, muito obrigada pai.

O meu obrigado para todos os docentes do Departamento de Sociologia, pela transmissão do conhecimento da teoria sociológica, em especial para o meu supervisor Dr. Baltazar Samuel Muianga que considero o grande responsável pelo presente trabalho, pois, a sua influência contribuiu para a escolha do assunto a estudar pelo conhecimento transmitido na cadeira de sociologia do crime.

Agradecer a todos membros da 18ª esquadra pela atenção prestada durante a recolha de dados em especialmente a dona Fina (chefe do Gabinete de Atendimento a Mulher e criança vítimas de violência doméstica) muito obrigada.

Agradecer a toda a minha família, tios, irmãos, primos, pela força e coragem que me concederam, aos meus amigos pelas atenção, força, compreensão, apoio incondicional, por cada minuto concedido desde até hoje, parte de mim devo a vocês todos.

Aos meus colegas da turma de sociologia 2010, o meu obrigado, em especial ao grupo das meninas, (Lúcia, Selinah, Sónia, Sheila,), aos colegas de estudo, (Énia, Esménio, Isac, Olga,) pelo apoio, companheirismo que tanto contribuíram para o sucesso de cada ano da faculdade fomos uma verdadeira família durante a estadia na “segunda casa” UEM.

Apoio moral, amor e carinho nos momentos difíceis, companheirismo, por me prestar a sua atenção cada momento que preciso, pela ajuda para ultrapassar as dificuldades durante a faculdade, dizer obrigada a ti, Victor pelo amor e carinho.

## Epígrafe

*Na manhã de domingo, dia 8 de Janeiro de 2006, Julêncio Gove, de 21 anos de idade, viu seis agentes da polícia, na província de Maputo, a espancar uma mulher. Tentou intervir e pediu insistentemente aos agentes da polícia que parassem, mas foi avisado de que não devia interferir. Afastando-se da polícia, ele continuou a suplicar-lhes que parassem de bater na mulher. Um dos agentes disparou um tiro contra ele e, quando caiu ao chão, os agentes da polícia pontapearam-no até à morte. O agente que baleou Julêncio Gove foi eventualmente preso e acusado de homicídio, mas até à data ainda não foi julgado. Os outros agentes da polícia envolvidos não foram acusados.*

(Amnistia Internacional, 2008)

## **Resumo**

*A presente monografia resulta de um estudo realizado em Maputo com o objectivo de compreender a influência das representações sociais na forma de actuação da polícia de protecção sobre os jovens delinquentes. As constantes críticas que vem sendo feitas em torno da acção violenta da polícia sobre os cidadãos, motivaram-nos a relacionar as representações sociais da polícia sobre a delinquência e a sua forma de agir durante as suas actividades.*

*Entretanto, partindo da perspectiva teórica das representações sociais (TRS)<sup>1</sup> de Serge Moscovici (2003), esta permitiu a compreensão das representações e das acções da polícia sobre o jovem delinquente, engendradas na linguagem, significados, valores e memórias comuns partilhadas entre si nos seus espaços de actuação.*

*O estudo é de carácter qualitativo pois, pelo carácter descritivo deste método, permitiu à compreensão dos significados, sentidos e as imagens que a polícia atribui à delinquência juvenil e a sua influência na acção quotidiana sobre os jovens delinquentes. Nesse sentido, recorreremos à técnica de entrevistas semi-estruturadas, aplicadas a 15 agentes da polícia da 18<sup>a</sup> esquadra da polícia da PRM, escolhidos sobre a forma de uma amostra intencional.*

*Em termos gerais, constatamos que os agentes da polícia, representam o delinquente como aquele que apresenta uma aparência física debilitada, que veste de forma diferente do normal e que reside em bairros periféricos com fracas condições económicas da família.*

*Identificamos ainda que, a acção da polícia é influenciada pelas situações em que se deparam no seu dia-dia de actividades, situações estas que justificam o uso da violência como autónomo e necessário em casos como resistência à interpelação da polícia, a reincidência à delinquência. Foi possível colher de alguns entrevistados que o recurso à violência não está previsto, mas que o seu uso é justificado como necessário dependendo da situação em que a polícia se encontra.*

**Palavras chave:** Polícia, Delinquência juvenil, Representações Sociais



## ***Abstract***

*This monograph results of a study conducted in Maputo, aimed to understand the influence of social representation in the form of protective action of police on young offenders. The constant criticisms that have been made about the violent police action on citizens, which motivated us to relate the social representation of police on crime and the way you act during your daily activities.*

*However, starting from the theoretical framework the theory of social representations of Serge Moscovici (2003). This theory allowed the understanding of the representations and the action of the police on the young offender, engendered in language, meanings and memories in their areas of operation.*

*The study is the qualitative character, the descriptive nature of this method allowed the understanding of the senses and the images that police attributed to juvenile delinquency and its influence on the daily action on young offenders. Accordingly resorted to the techniques of semi-structured interviews, which were the applied to 15 police officers.*

*Generally, In terms of results, we had police officers representing the offender as one who has a weakened physical appearance and wearing differently than normal and peripherals residing in neighborhoods with weak economic condition on the family.*

*Also, identified that the police action is influenced by the situations they encounter in their day to day activities. These situations justify the use of violence as an independent and necessary in cases such as resistance to police questioning delinquency. Was possible to identify some respondents that the use of violence is not expected, but it is used justified depending on the situation.*

***Keywords:*** *Police officers, Young offenders, Social Representations.*

## **Lista de Abreviaturas**

**CRM-** Constituição da República de Moçambique

**PP-** Polícia de Protecção

**PPM-** Polícia Popular de Moçambique

**PRM-** Polícia da República de Moçambique

**RS-** Representação Social

**TRS-** Teoria das Representações Sociais

## Índice

|  |    |
|--|----|
| Introdução.....  | 2  |
| Capítulo I. Revisão da Literatura .....                                      | 18 |
| Capítulo II. Enquadramento Teórico e Conceptual.....                         | 24 |
| 2.1. Teoria de Base.....   | 24 |
| 2.2. Conceptualização e operacionalização dos conceitos .....                | 27 |
| 2.2.1. Representações Sociais .....  | 27 |
| 2.2.2. Polícia.....  | 28 |
| 2.2.3. Delinquência Juvenil.....   | 18 |
| 2.2.4. Controlo social.....  | 19 |
| 2.2.5. Acção social.....   | 20 |
| Capítulo III. Metodologia.....   | 32 |
| 3.2. Constrangimentos do campo.....  | 24 |
| Capítulo IV Apresentação, análise e interpretação dos dados.....             | 25 |
| 4.1. Perfil Sócio-demográfico dos entrevistados.....                         | 25 |
| 4.1.2. Origem social do Delinquente.....                                     | 26 |
| 4.2. Representações da Polícia de Protecção sobre o jovem delinquente.....   | 30 |
| 4.2.1. Delinquente como portador de uma aparência física debilitada.....     | 30 |
| 4.2.2. Delinquente como alguém que veste diferente: <i>swagger</i> .....     | 31 |
| 4.3. Representações da Polícia de Protecção sobre o uso da violência.....    | 33 |
| 4.3.1. Uso da violência na acção quotidiana da Polícia contra os jovens..... | 33 |
| 4.3.2. Uso da violência contra jovens reincidentes à delinquência.....       | 39 |
| 4.3.3. Violência como justificação à reacção do jovem delinquente.....       | 41 |
| Capítulo V Considerações Finais.....   | 43 |
| Anexos.....  | 46 |
| Guião de entrevistas.....  | 46 |
| Bibliografia.....  | 48 |

## Introdução

Este trabalho é produto de um estudo efectuado em torno do fenómeno da delinquência juvenil no contexto moçambicano, apartir da interpretação feita a este fenómeno pela polícia de protecção, buscando a influência das representações sociais da delinquência juvenil pela polícia ea forma como estes agentes actuam sobre os jovens delinquentes.

O fenómeno da delinquência juvenil é visto como sendo eminentemente social, normal e necessário a todas as sociedades, pois mantêm a estabilidade, equilíbrio e a coesão social, estabelecendo o limite entre as normas e regras socialmente aceites e partilhadas pelos membros de uma determinada sociedade, onde a prática do crime na sociedade, constitui um desvio social e sujeito a sanções (Durkheim, 1980). Tal como referiu Cusson (2007) que ninguém escapa a este fenómeno que altera os hábitos e rotinas quotidianas dos cidadãos, deteriorando ou melhorando a sua qualidade de vida, e alterando os seus padrões de sociabilidade.

O estudo do fenómeno da delinquência juvenil faz parte da vida quotidiana das pessoas, e é por elas compreendido e interpretado assim como pelas instituições sociais existentes na sociedade tal como é a polícia de protecção. Levamos em consideração como ponto de partida para o presente estudo, a consideração da polícia enquanto instituição de controlo social formal fazendo parte da realidade quotidiana dos indivíduos, não existindo de forma neutra e objectiva, estes constroem significados de acordo com as experiências. É a partir desses significados que a polícia adequa a sua conduta face ao jovem delinquente.

Para a compreensão do fenómeno da actuação de polícia, recorreremos a uma breve contextualização do seu surgimento e desenvolvimento. Estudos a nível internacional realizados revelam que as sociedades assistem hoje a uma diversificação e crescimento do fenómeno da delinquência juvenil onde as idades variam entre os 15, 16 e 17 anos, sendo na sua maioria praticantes do sexo masculino (De Abreu 2011).

O exemplo do Brasil estima-se pelo menos 60% dos adolescentes já cometeram algum acto infracional em algum momento da vida (Fréchette e LeBlanc, 1987). Os custos da delinquência são enormes tanto para a sociedade, quando calculados em termos de danos à propriedade, lares violados e danos físicos e psicológicos às vítimas, quanto para o infrator, com

vidas devastadas pelo uso de drogas, pelo engajamento em violência mútua (Carroll, 2009 apud De Abreu, 2011:11).

Em Moçambique esta categoria de jovens delinquentes é designada pelas instituições formais por *adolescentes em conflito com a lei* (De Abreu, 2011). Dados de um estudo realizado pela Open Society Foundation For Southern Africa-Osisa em Maputo província e Maputo cidade sobre crime e violência, apontam cerca de 27.254 casos reportados à polícia e cerca de 40.312 casos de delinquência juvenil nas mãos da Procuradoria Geral da República (Osisa, 2012).

O relatório apresentado pelo informe anual do Procurador Geral da República, apontam para cerca de 4.827 casos de roubo, 4.408 de furto qualificado, 2.546 casos de furtos simples e cerca de 1.837 casos de consumo excessivo de drogas e álcool culminando com ofensas corporais qualificadas e voluntárias. De referir que estes dados são referentes apenas às cidades de Maputo e Matola (2012).

Podemos constatar que não só a nível internacional, assim como a nível nacional a delinquência juvenil é um fenómeno que faz parte da vida quotidiana dos indivíduos por estar presente nas sociedades desde a sua formação.<sup>2</sup>

Entretanto, as formas de fazer frente a este fenómeno também acompanharam sempre a sua ocorrência, sendo a mais indicada a polícia como um mecanismo social. Relativamente ao contexto internacional, para se referir ao surgimento da polícia, podemos constatar que esta instituição é de origem grega (*politeia*) e mais tarde passou ao latim (*politia*) não tendo mudado de sentido significando, governo de uma cidade, administração, forma de governo. Mais tarde esta teria passado a significar, acção do governo com a missão de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a protecção da sociedade contra as violações e malefícios (Cardoso, 2007).

A polícia como uma instituição formal surgiu com os estados democráticos, com a função de controlo social onde foi-lhe atribuída a autonomia do uso da força física, real ou por ameaça como a sua exclusividade (Bayley, 2006). Este autor referiu que existem diferenças entre as

---

<sup>2</sup>Vimos anteriormente que Durkheim afirma que o fenómeno é normal porque existe e sempre existiu em todas as sociedades como mecanismo de controle social (Durkheim, 2010)

organizações policiais e as Forças Armadas, pois as Forças Armadas são empregadas no controlo social em situações excepcionais enquanto que a polícia realiza as suas actividades quotidianamente (Idem, 2006:20).

No contexto nacional, o surgimento da polícia passou por dois momentos nomeadamente, o período antes da independência e o pós independência. No período antes da independência era designada por Polícia Popular de Moçambique (PPM) e tinha como objectivo manter a ordem e segurança públicas para o regime colonial (art. 254 da CRM, 2004).

Após a independência, a PPM foi extinta pelo decreto 5\79 de 26 de Maio de 1977, dando origem a Polícia de República de Moçambique (PRM) uma instituição estatal criada pelo decreto 19\92 de 31 de Dezembro tendo como objectivo garantir a defesa e segurança do estado, salvaguardando a segurança de pessoas e bens, o respeito pelo estado de direito democrático e as liberdades fundamentais do cidadão com base no monopólio do poder do uso legítimo da força e da violência (art. 254 da CRM, 2004).

Apesar de se reconhecer o direito e a legitimidade da polícia em fazer o uso da força, espera-se que o recurso a este meio seja feito em situações específicas, como o caso da resistência por parte de indivíduos em cumprir com os princípios (Machado e Leite, 2007). Todavia, o uso da força por parte da polícia em circunstâncias não previstas tem feito com que a actuação desta se torne foco de debate a nível nacional, para o representante maior máximo deste órgão (ministro do interior) intervir no sentido de defender a forma como os seus agentes estão agindo:

“Penso que têm consciência que nem todos gostam da tranquilidade do povo e é por isso que existe a polícia. Quando ouvirem gritos, alaridos, muitas vezes tentando desacreditar ou desmoralizar a polícia, continuem a respeitar a confiança depositada em vós. Confiamos em vós”, sublinhou. Por outro lado, Guebuza deu luz verde para a polícia continuar a actuar como tem vindo a fazê-lo nas eleições no país” (O PAÍS – 28.05.2013).

No que tange à delimitação do nosso estudo, do ponto de vista do universo espacial, temporal e populacional, o estudo foi realizado na cidade de Maputo, concretamente no distrito municipal Kalhamankulo. O critério para a escolha deste local teve em conta o facto de nos últimos 5 anos este distrito ter registado elevado índices de criminalidade, merecendo muita atenção por parte da polícia (PEPRM, 2010).

O período dentro do qual o estudo foi realizado é de 2013 a 2014, na medida em que foi precisamente no ano de 2013 que vários debates vieram a tona nos media levados a cabo pelos diferentes órgãos de comunicação realçando os comportamentos dos agentes da polícia que têm extravasado a sua função referida na Constituição da República, que é de garantir a ordem aos cidadãos. Neste sentido no contexto nacional, recorremos a documentos que realçam a época de 2013 a 2014.

Quanto ao grupo alvo da pesquisa, entrevistamos agentes da polícia da 18ª esquadra da polícia da República de Moçambique, Maputo e dos postos policiais de Malanga e Chamanculo. A escolha da polícia como o grupo alvo teve como consideração o facto de este grupo lidar directamente com o fenómeno da delinquência juvenil que é o fenómeno que escolhemos para analisar sob o ponto de vista da polícia de protecção.

Compreendemos que o nosso estudo tem pontos que justificam a escolha e a continuidade com o tema. Justificamos a escolha do assunto a estudar por vários factores, dentre eles os de ordem pessoal, académica e social. Importa salientar que num primeiro momento o que nos motivou a escrever acerca do assunto foi a preocupação em compreender a relação entre a acção violenta da polícia sobre os jovens delinquentes e as suas representações sociais sobre o fenómeno da delinquência juvenil.

O interesse em estudar esta problemática, surgiu num momento em que os vários órgãos de comunicação social nacional e internacionais têm debatido nos últimos tempos os comportamentos dos agentes da polícia durante a sua actuação tida como violenta(o país, 28.05.2013) e em contrapartida, dados do plano estratégico da PRM apontam que nos últimos 5 anos têm registado elevados índices de delinquência juvenil no distrito municipal Kalhamankulo, merecendo muita atenção por parte da polícia(PEPRM, 2010).

A este nível surgiu o interesse em estudar e compreender esta relação, a actuação da polícia e delinquente juvenil, tendo em conta que a polícia é a instituição que o estado confiou o controlo do fenómeno de delinquência juvenil mesmo que tendo como recurso a força física e a violência.

Num segundo momento surgiu a dificuldade em relação à escassez da literatura em Moçambique acerca do assunto em discussão sobre a relação entre a acção violenta da polícia sobre o delinquente e as suas representações sociais.

O estudo foi por nós considerado de grande relevância académica e sociológica, na medida em que, será uma contribuição para a compreensão da relação entre as representações sociais da polícia de protecção sobre o jovem delinquente e a sua forma de actuar durante as suas actividades quotidianas, assim como poderá contribuir para trazer melhorias na relação entre a polícia, indivíduo, sociedade e delinquente juvenil.

Neste trabalho definimos como objectivo geral compreender a influência das representações sociais na forma de actuação da polícia de protecção sobre os jovens delinquentes. Para a concretização deste objectivo, temos como objectivos específicos os seguintes: descrever as representações sociais da polícia sobre a delinquência juvenil; descrever a forma como a polícia vem actuando sobre os delinquentes juvenis; relacionar as representações sociais da polícia sobre a delinquência juvenil a sua actuação sobre os jovens delinquentes.

Entretanto, pretendemos responder à pergunta: em que medida, as representações sociais da Polícia de Protecção sobre a delinquência juvenil influenciam na sua acção sobre o jovem delinquente têm em conta critérios como, o bairro de origem e a aparência física (as vestes) dos jovens delinquentes? Tendo como hipótese; as representações sociais da polícia de protecção sobre a delinquência juvenil influenciam na sua acção na medida em que, a identificação do delinquente é feita com recurso a indumentária. As variáveis, a dependente, acção violenta e como independente, a representação social da polícia de protecção sobre a delinquência juvenil.

Definimos como quadro teórico, a teoria das representações sociais (TRS)<sup>3</sup> de Serge Moscovici (2003). Esta teoria estabelece, de um modo geral que as representações sociais chamam atenção para o exame dos aspectos simbólicos presentes nas relações entre os indivíduos bem como dos espaços comuns em que habitam.

---

<sup>3</sup>A teoria das representações sociais surgiu do social em crítica ao conceito de representação colectiva de Durkheim, admitindo que as representações são construídas pelos sujeitos sociais, contribuindo para o entendimento da realidade social e da prática entre dois ou mais grupos alvos (Moscovici, 1961)



É nesses comportamentos e lugares que as representações são engendradas em linguagem, valores e memórias comuns. Quanto a metodologia, temos como pano de fundo, o método qualitativo, que nos possibilita compreender os significados atribuídos pela polícia à delinquência juvenil, assim como a sua acção sobre os jovens considerados delinquentes (Bogdan e Biklen, 1994). Recorremos, como método de procedimento, o monográfico. E ao método indutivo como método de abordagem. Para a recolha de dados recorreremos a entrevistas semi-estruturadas, que serão aplicadas ao grupo-alvo constituído pelos agentes da polícia num total de 15 entrevistados.

Em relação à estrutura, a que referir que, a presente proposta está dividida da seguinte forma: o primeiro a introdução, contendo a contextualização do nosso tema onde apresentamos a evolução histórica da nossa problemática, a delimitação do nosso tema, o local de pesquisa, o grupo alvo do estudo, os objectivos da pesquisa, o problema, a pergunta de partida e as hipóteses e por fim a relevância sociológica da nossa pesquisa.

No primeiro capítulo, temos a revisão da literatura, a apresentação dos estudos e as abordagens discutidas sobre a relação polícia e delinquência juvenil, que culmina com a formulação do problema de pesquisa, a hipótese e as variáveis; o segundo capítulo está reservado para enquadramento teórico e conceptual com enfoque para a teoria de Serge Moscovici, representações sociais (TRS), a definição dos conceitos, a respectiva operacionalização e a construção do modelo de análise; o terceiro refere-se a metodologia que conduz a nossa pesquisa, o método de procedimento, a abordagem e as técnicas para a recolha de dados e por fim as referências bibliográficas e os anexos.

## **Capítulo I. Revisão da literatura/Formulação do problema**

Para a nossa revisão da literatura identificamos duas perspectivas de análise sobre a acção da polícia: a que atribui autonomia à polícia na sua acção no quotidiano sem recorrer ao uso da violência defendida por autores como Pinc (2007) e Vaz (2009). Esta abordagem concebe de modo geral que, a polícia age de forma autónoma ignorando os procedimentos estabelecidos nos manuais.

A perspectiva na qual se defende a autonomia da polícia sem violência identificamos, dois autores, nomeadamente Pinc (2007) e Vaz (2009). Pinc, no seu estudo intitulado abordagem policial: avaliação do desempenho operacional frente a nova dinâmica dos padrões de procedimento, Pinc (2007) afirma que apesar de haver um regulamento que orienta a acção da polícia, esta tem se comportado de maneira arbitrária não respeitando o prescrito.

Pinc, no seu artigo teve como objectivo descrever a abordagem policial comparando com o guia de procedimentos operacionais padrão (POP), implementado para orientar a conduta individual dos policiais durante os encontros quotidianos. A autora argumenta que, a polícia é autónoma durante o exercício das suas actividades diárias, por isso foi introduzido o (POP) como forma de orientar os policiais na melhor maneira de proceder nas diversas situações em que se depara durante as actividades diárias, descrevendo o comportamento policial durante as situações de abordagens.

A autora constatou que, durante as abordagens, os policiais tendem a se comportar de maneira a ignorar as condutas seguras prescritas no POP, o que faz com que haja a prática de pequenos abusos por parte da polícia e que diminua o grau de prevenção e controlo dos crimes.

Por sua vez, Vaz (2009) , no seu estudo desenvolvido em Portugal cujo tema é crimes e furtos em Lisboa no final de oitocentos, desenvolveu o respectivo estudo com o objectivo de mostrar que, a mudança social e o desenvolvimento económico contribuem para a forma de pensar e actuar dos policiais. Vaz afirma que a polícia possui uma certa margem de autonomia na sua forma de abordar os indivíduos na rua.

O autor baseia-se no argumento segundo o qual, a condição social e económica do indivíduo, baseada em alterações na sua forma de se apresentar e vestir, variações nos seus hábitos de consumo, a posse de algo que supera a sua condição social origina a desconfiança, o que permite a tomada de decisão por parte dos mesmos de prender ou não o suspeito, mas não recorrendo ao uso da violência.

Vaz (2009) concluiu que a polícia investiga através da roupa, o que come e o que faz, como se apresenta e as formas de se expressar, o que faz com que os agentes da polícia vigiem mais locais como mercearias, drogarias, ouriversarias e tabacarias como os possíveis locais de concentração de jovens delinquentes.

Podemos verificar que os autores que defendem a abordagem da autonomia sem recorrer ao uso da violência afirmam que os agentes da polícia agem da forma autónoma na identificação dos jovens delinquentes, sendo que o estudo da Pinc (2007) realçou a existência de um documento designado POP no qual estes deveriam guiar a sua acção, mas estes preferem ignorá-lo, enquanto que em Vaz, os policiais são guiados por suspeitas e desconfiança de acordo com as características consideradas relevantes para que o indivíduo seja considerado delinquente.

A segunda perspectiva é defendida por Bayley (2006); Da Silva e Leite (2007); Machado e Noronha (2002) e Oliveira e Queirós (2008) defende de forma geral, a autonomia da polícia tendo como base o uso da violência durante as suas actividades principalmente em bairros considerados periféricos.

Na abordagem da autonomia da polícia recorrendo à acção violenta dos policiais identificamos duas posições nas quais uma defende uma forma geral que a polícia é violenta por instrução, pois implementa a função essencial do Estado moderno e a outra defende que a polícia é violenta de acordo com características como a raça, a origem social e a zona de origem dos jovens, em debate temos autores como Bayley (2006); Paixão (1998); Machado & Noronha (2002); Da Silva & Leite (2007) e Oliveira & Queirós (2008).

Bayley (2006) no seu estudo sobre policiamento comunitário e do futuro o autor argumenta que, a polícia constitui um mecanismo de controlo social com autorização para utilizar a força em

caso de necessidade. Bayley, afirma ainda que o uso da força física, real ou por ameaça, para afectar o comportamento humano é a competência exclusiva da polícia.

O autor constatou que, o policiamento é uma actividade dinâmica e tem origem na necessidade comum de segurança da comunidade, permitindo-lhe viver em tranquilidade pública, pelo menos aparentemente, pois a polícia apenas nos proporciona sensação de segurança.

Na mesma ideia, Paixão (1998) em “crimes, vítimas e policiais”, traz duas perspectivas policiais, “Polícia da agente<sup>1</sup> e Polícia de moleque”, onde a polícia de agente, é considerada dócil na sua forma de actuação em sua actividade rotineira e a Polícia de moleque aquela que não hesita em usar o chicote nas suas actividades de domesticação dos que considera rebeldes individuais e colectivos de classes que consideram inferiores. Indo de acordo com a relevância para o trabalho, interessa-nos descrever a segunda perspectiva.

Paixão, defende que a polícia implementa em cada esquina, a função essencial do Estado, baseada na imposição coerciva das regras de regulação de comportamentos que garantem o sono tranquilo. Acrescenta que, o Estado ao concentrar em suas instituições de controlo social o monopólio do uso legítimo dos meios de violência, expropria dos indivíduos o recurso a violência como meio de atingir certos fins.

Paixão constata que, o idioma político das sociedades modernas encontra a resolução do problema representado pelo uso instrumental da violência nas interacções sociais e voltado para indivíduos e colectividades de classes baixas da sociedade. Estes autores, defendem que a polícia é a única instituição social com poder do uso legítimo da força durante as suas actividades diárias, pois mantém a ordem social. O estado através da polícia permite que nenhum indivíduo na sociedade tenha o direito de recorrer à violência para fins pessoais, cabendo apenas a polícia.

Machado & Noronha (2002);Da Silva e Leite (2007) e Oliveira e Queirós (2008) nos seus estudos deram ênfase ao uso excessivo da violência por parte da polícia tendo em conta as diferenças de região de origem, raça, etc. onde agem com maior violência nas favelas do que em outras zonas designadas de asfalto.

No seu estudo sobre: polícia dos pobres: Violência policial em classes populares urbanas Machado e Noronha (2002) um estudo realizado no contexto Brasileiro, realça que a polícia pratica um tipo de violência designada por violência oficial que é uma constante nas sociedades modernas e contemporâneas, variando o seu grau de tolerância governamental ou popular.

Machado e Noronha argumentam que, o uso da força brutal por parte dos agentes da polícia é directamente dirigida para os jovens de raça negra e os favelados o que faz com que haja maior vigilância nas favelas do que em outros bairros urbanos.

O autor constatou que, a forma de actuação da polícia nas favelas reproduz uma ordem social hierárquica e desigual, concentrando a pressão nos escalões inferiores da sociedade, incluindo a distribuição de polícias em zonas inferiores que vai de 1 policial para 2.272 de habitantes.

Na mesma linha de pensamento encontramos Da Silva e Leite (2007) no seu artigo intitulado “violência, crime e polícia”, referindo que a polícia é violenta nas favelas e quebra a rotina diária dos favelados através da segregação, estereótipos e preconceitos para com os que vivem nas favelas e em territórios pobres.

Os autores argumentam que menos que questionar a violência policial como um todo, os residentes nas favelas expressam intensa preocupação com algumas das manifestações dos polícias, principalmente aquelas que impedem o prosseguimento das rotinas diárias. Assim, de um lado, a violência deflagrada durante as famosas operações policiais e sempre presente na arbitrariedade da conduta regular desses agentes aparece associada ao seu carácter quase totalmente imprevisível.

Estes constataram que, a polícia não age da mesma forma nas favelas e nos asfaltos, e actuam de forma indiscriminada entre agentes do bem e marginal não sendo selectivos em relação ao seu objecto, isto é, a selecção é feita quando a acção é dirigida para os indivíduos que vivem nos asfaltos e quando é ao contrário tratam todos da mesma forma como marginais.

Na mesma vertente, Oliveira e Queirós (2008) no seu artigo sobre o estudo empírico do Burnout na polícia de segurança pública portuguesa, com o objectivo de analisar a influência dos factores

de profissão e organizacionais na produção do stress nos policiais, argumentam que o efeito do stress nos polícias pode ser tão nocivo permitindo inclusivamente levar a situações de uso excessivo da força e de brutalidade policial, pois a actividade policial implica relações tensas com a comunidade, principalmente em zonas de classe média baixa.

Os autores referem que, os factores de profissão são prejudiciais quer física ou psicologicamente, pois remetem a exposição a situações de violência durante o trabalho, tomada de decisões críticas em curto espaço de tempo o que pode culminar com o recurso ao uso da violência por parte dos policiais; os factores organizacionais, são motivo de stress na medida em que, remetem a questões salariais, os horários, os turnos e participação nas decisões.

Assim, os autores constataram que, os factores de profissão e organizacionais, são bastante prejudiciais, pois são factores de criação de stress que podem levar os policiais a recorrer ao uso da violência durante o exercício das suas actividades. Tal violência, é mais perpetuada para jovens de classe baixa, onde a polícia vê neles o grupo alvo para descarregar todo o stress e faz com que considerem qualquer jovem como marginal.

Estes estudos trazidos para a discussão reflectem aspectos violentos da Polícia nas suas actividades no quotidiano, assim como as suas acções na época contemporânea, onde muitos autores percebem que houve uma mudança em termos de perspectivas de acção por parte da Polícia. Consideramos estas duas abordagens bastante relevantes para o tema em análise, uma vez que, ressaltam os comportamentos e atitudes do grupo alvo da pesquisa que são os agentes da polícia de protecção no quotidiano.

Contudo, a realidade para a qual pretendemos olhar leva a nos orientarmos de acordo com a abordagem da acção violenta da polícia segundo a qual a autonomia da polícia resulta na sua actuação violenta para com os cidadãos. A forma violenta como a polícia vem agindo tem sido alvo de debate e críticas no contexto nacional, contudo, esses debates se limitam em reprovações da acção policial. Sustentando-nos nos estudos da revisão da literatura e da particularidade da realidade moçambicana – por ser uma diferente daquelas onde foram realizados os estudos trazidos na revisão da literatura – olhar para a acção violenta da polícia como se tratando de uma questão sociológica, pois se a polícia age à revelia do que está definido pelo regulamento policial

isso se relaciona com a forma como ela concebe a realidade que vai condicionar a sua forma de agir diante desta mesma realidade.

Desta forma, partindo de uma perspectiva das representações sociais assumimos como princípio básico do nosso estudo que são as representações sociais que a polícia tem sobre a delinquência do jovem que fazem com que não só se distancie do regulamento policial e aja de forma autónoma como também adopte formas violentas de agir contra os jovens considerados delinquentes, o que ao invés de proteger os cidadão passa a tornar-se uma ameaça a integridade deste.

Esta associação entre as representações sociais e as formas de agir diante dos jovens delinquentes constitui um problema que nos predispomos a retratar neste trabalho, reflectindo-o na seguinte pergunta de partida: *em que medida, as representações sociais da Polícia de Protecção sobre a delinquência juvenil influenciam na sua acção sobre os jovens delinquentes tendo em conta critérios como o bairro de origem e a aparência física(as vestes) dos jovens?*

Como hipótese para a nossa pergunta de partida concebemos que; as representações sociais da polícia de protecção sobre a delinquênciajuvenil influenciam na sua acção na medida em que, a identificação do delinquente tem em conta critérios como, o bairro e a indumentária dos jovens delinquentes.Como variáveis para o nosso estudo definimos como dependente:acção violenta e a independente:representação social da polícia de protecção sobre a delinquência juvenil.

## **Capítulo II. Enquadramento Teórico e Conceptual**

### **2.1. Teoria de Base**

A Teoria de Base que serviu de suporte para a presente pesquisa é a Teoria das representações sociais de Serge Moscovici (1961). A teoria das representações sociais de Moscovici preconiza que a representação social, ao estudar a acção do homem comum, expressa uma espécie de saber prático de como os indivíduos sentem, assimilam, apreendem e interpretam o mundo dentro de seu quotidiano sendo portanto, produzida coletivamente na prática da sociedade e no decorrer da comunicação interactiva.

A escolha da teoria das representações sociais de Serge Moscovici, vem com o intuito de trazer a compreensão do modo como os actores sociais vêem e lêem e interpretam a realidade social a sua volta. Desse modo trouxemos em análise o fenómeno da delinquência juvenil como uma realidade existente e discutimos como a polícia na qualidade do nosso alvo descreve este fenómeno a partir do qual, descremos a influência da imagem que tem sobre o fenómeno na sua forma de actuar durante as actividades. Para tal partimos do pressuposto segundo o qual, a polícia de protecção é o sujeito da nossa pesquisa que possui representações sociais sobre o objecto que é o jovem delinquente.

Para melhor compreendermos a aplicação da teoria de Moscovici, recorreremos aos conceitos principais usados por ele: objectivação e ancoragem. Para consubstanciar, reforçamo-los com as funções das representações sociais que o autor apresenta nos seus textos; tais como hipótese de interesse, hipótese de controlo e prescritores de comportamento.

Segundo Moscovici (1978), a representação social só torna-se social porque, tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. O social da representação social tem razão de ser por esta originar-se nas conversas e discussões diárias; dispõe de um código aceite para a comunicação pois, ao compartilharem representações, as pessoas podem compreender-se umas às outras de modo a estabelecerem conversas fluídas e inteligíveis.

Moscovici, acrescenta ainda que, as representações sociais determinam os limites de um grupo, ou seja, elas distinguem os membros de cada grupo; orientam o comportamento de um indivíduo



e toda a colectividade determinando as suas práticas e atitudes e acredita-se que essa orientação de um comportamento também é constituída por uma tessitura de saberes historicamente construídos e que colaboram para a constituição de representações mais enraizadas e mais estáveis (Moscovici, 1978:27).

A construção das representações dá-se na relação do sujeito com outro sujeito e com os objectos, pois não há representação social sem objecto e sem sujeito seja colectivo ou individual (Moscovici, 1978). Uma representação social é sempre de alguém, tanto quanto de alguma coisa. Para que haja representação social, ocorrem dois processos que são a objectivação e prescrição de comportamento.

Interessou-nos o recurso a estes dois conceitos (objectivação e prescrição) na medida em que, a objectivação é o processo pelo qual se transforma um objecto abstrato conceitual, ideia em imagens de fácil expressão. Segundo Moscovici, “objectivar” é materializar os conceitos em imagens e a “prescrição”, é o processo que orienta as acções dos sujeitos em uma dada situação da realidade social Moscovici(2000).

Recorremos ao conceito de objectivação como forma de considerar a polícia como indivíduos que ao longo da sua actividade de patrulhamento na qual lidam com os delinquentes, aplicam as imagens construídas sobre o delinquente. Estas imagens são materializadas através da identificação feita ao jovens que apresentam características das categorias definidas. Deste modo, a objectivação possibilitou-nos fazer o acompanhamento deste processo de construção e materialização de imagens.

O conceito de prescrição de pensamento permitiu a compreensão da materialização das ideias em imagem que a polícia possui do delinquente para a prática ao mostrar como essas imagens orientam o comportamento da polícia ao se deparar com um jovem que considera como sendo delinquente.

Moscovici, salienta ainda que durante a objectivação e a prescrição, os sujeitos são orientados por três hipóteses, mas que para a pesquisa descrevemos apenas duas de acordo com a relevância; hipótese de interesse que indica que o sujeito tem uma intenção de criar imagens

capazes de expressar os seus propósitos e hipótese de controlo que modela a conduta dos sujeitos manipulando os processos do pensamento.

Assim, acreditamos que com a objectivação e a hipótese de controlo, o sujeito cria imagens intencionais, a partir das suas representações sociais que satisfazem os seus propósitos, mas que são controlados e remodelados pela hipótese de controlo.

As instituições sociais enquanto objectivadas pela experiência colectiva, possuem sempre uma dimensão histórica e ainda que tendam a durar muito, não são irreversíveis, mas sempre susceptíveis de perder com o tempo a sua anterior importância, através dos processos sociais dos quais são parte. Tal facto ocorre com as representações sociais que para além do social possuem uma dimensão histórica retida na lembrança ou no conteúdo do pensamento, daí Moscovici propõe que as representações sociais sejam estudadas articulando elementos afectivos, mentais e sociais.

A Polícia é uma instituição social formal normativa que é socializada a integrar e exercer o seu papel como Polícia e posteriormente é interiorizada com significados e valores que levam à reflexividade do indivíduo sobre a realidade social. A imagem dos indivíduos sobre a realidade faz com que estes criem representações sociais dos fenómenos e estas levam a uma determinada acção representada pela polícia de protecção durante as suas actividades.

Moscovici, apresentou três funções básicas das representações sociais, a função de saber, de orientação e de justificação. Consideramos relevante trazer a descrição destas funções na medida em que, a polícia de protecção possui um conjunto de saberes sobre a delinquência juvenil. Estes saberes permitem compreender e explicar a realidade da delinquência realidade, guiam os seus comportamentos e práticas e permitem a justificação das posições tomadas durante as suas intervenções.

## **2.2. Conceptualização e operacionalização dos conceitos**

Nesta parte nos propomos trazer à discussão acerca dos conceitos adjacentes ao nosso tema de pesquisa, nomeadamente, representação social, polícia, controlo social e delinquência juvenil, . Para tal, duas perspectivas foram identificadas: Funcionalistas e Interaccionistas.

### **2.2.1. Representações Sociais**

Numa perspectiva funcionalista, segundo Durkheim (1989) são modalidades autónomas e que adquirem uma vida própria, mantendo ligações com a estrutura social, como forma de produção mental colectiva. Este conceito foi posteriormente superado por Moscovici apresentando uma nova abordagem.

A perspectiva interacionista é trazida por Moscovici (1978), define as representações sociais como sendo modalidades de conhecimento particular e colectiva que tem como função, a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. Para defender sua ideia, Moscovici trouxe a objectivação e a ancoragem para mostrar o modo pelo qual os indivíduos traduzem as ideias em imagens pela objectivação e transforma o não familiar em familiar pela ancoragem.

Na mesma linha de pensamento, Júnior (2002) refere que as representações não existem na realidade. Elas fazem parte do subjectivo do indivíduo e conduzem a acção dos actores na sociedade através dos processos afectivos e sociais.

Segundo Foucault (1974) as representações sociais são o espelho das coisas, segundo o qual com o recurso à linguagem conseguimos identificar pelas denominações que as atribuímos, tais denominações definem o que constituirá o nosso discurso sobre um determinado fenómeno.

Identificamos que os autores trazidos para a discussão possuem pontos de vista comuns nas suas definições de representação social, na medida em que para autores como Foucault e Moscovici, este conceito tem um dimensão discursiva que posteriormente é aplicada sobre a realidade, ao passo que para Júnior (2002) e Durkheim (1989), as representações sociais possuem um carácter subjectivo e mental que se transforma em acções quotidianas dos actores na sociedade.

Para o estudo, orientamo-nos pela ideia segundo a qual as representações sociais ocorrem a nível mental e subjectivo elaborado a partir de ideias que são materializadas no decorrer das suas acções no quotidiano.

### **2.2.2. Polícia**

Este conceito é definido a partir da sua função, Cusson (2007), afirma que a Polícia é historicamente vista de forma jurídica como intervenção da sua autoridade, como actividade essencialmente preventiva das violações da lei, danos sociais e de reprimir a criminalidade.

Na mesma perspectiva, Ribeiro (2002) refere que a Polícia é vista como o único segmento social que pode fazer uso legítimo da violência física. No nosso ponto de vista, estes autores, caracterizam a Polícia como meio de controlo social formal repressivo que, detém a autoridade de fazer o uso da força para reprimir o crime.

Neste conceito constatamos que, por um lado a polícia é vista como responsável pela prevenção contra os danos na sociedade, e por outro lado a polícia é tida como violenta em resultado da sua formação que incute sobre eles o recurso a força física como legítimo para a repreensão dos actos desviantes.

O conceito de polícia para o estudo foi operacionalizado pelo recurso ao uso da força e da violência que a polícia de protecção pratica durante as suas actividades de patrulhamento em contacto com os jovens que eles consideram como sendo delinquentes.

### **2.2.3. Delinquência Juvenil**

O conceito de delinquência juvenil é visto por duas perspectivas de análise, a funcionalista discutida por (Matos, 1996 apud Carvalho, 2003), Durkheim (1989) e por Rodrigues (1997) e a interaccionista de Becker (1963).

Segundo (Matos, 1996 apud Carvalho, 2003) por Delinquência Juvenil, entende-se a acção de cometer uma falta ou delito no desrespeito pelos quadros de regras que uma sociedade têm igualmente instituído.

Na mesma óptica, para Rodrigues (1997) a delinquência é um problema eminentemente social, mais do que jurídico, o que exige maior envolvimento da sociedade na procura de alternativas de prevenção e combate. Nesta perspectiva, identifica-se semelhança com a análise trazida por Durkheim (1989) ao considerar o crime como algo normal e necessário para a sociedade, pois mantém a coesão social.

Numa visão interacionista, identificamos Becker (1963) que considera desviante o indivíduo que define o que é normal e o que é desviante. Deste modo, o desvio não é a qualidade do acto que alguém comete, mas antes uma qualidade da resposta dada ao desviante, isto é, os desviantes são os que aplicam a lei e não quem se desvia da mesma.

As duas perspectivas de análise discutidas sugerem as formas de tratamento a considerar no estudo da delinquência juvenil. Na abordagem funcionalista temos a delinquência como um fenómeno normal, pois através dele se institucionalizam novas regras na sociedade como forma de reprimir actos de delinquência.

Na abordagem interacionalista, a delinquência é vista como produto da própria sociedade que atribui rótulos ao definir o que é normal e o que é anormal. Assim, há que se estudar em princípio as instituições sociais e as suas regras para compreender as causas da delinquência. Para o estudo, identificamos como relevante a perspectiva interaccionalista, pois considerando o delinquente como resultado do rótulo que a polícia de protecção atribui aos indivíduos considerando-os como delinquentes a partir de características como, a região de origem considerada como pobre e a aparência física (as vestes) dos jovens.

#### **2.2.4. Controlo social**

Os mecanismos de controlo social são uma noção eminentemente sociológica, uma vez que ela advém da necessidade que as colectividades têm de fazer com que os seus membros respeitem e reproduzam as normas vigentes e instituídas, para que se mantenha a ordem social (Giddens, 2000; Durkheim, 1980).

Podemos assim definir o controlo social como as intervenções e as sanções pelas quais os membros das redes e os grupos de proximidade se encorajam mutuamente a se conformar com regras do jogo social (Cusson, 2007: 201).

Deste modo, o controlo social diz respeito ao conjunto de meios implementados pelos membros de uma colectividade com o objectivo específico de conter ou reduzir o número e a gravidade dos delitos (Cusson, 2007: 195). Esta noção é bastante ampla, englobando medidas preventivas e repressivas assim como meios persuasivos.

Este conceito permitiu captar o conjunto de estratégias e comportamentos de autoprotecção que os polícias como agentes de controlo social adoptam com o objectivo explícito de diminuir a probabilidade de ocorrência de comportamentos desviantes que estejam fora das regras socialmente estabelecidas.

### **2.2.5. Acção social**

Weber (1979), considerou a sociologia como a ciência da acção social por excelência. Segundo este autor, a acção social surge da interacção entre dois indivíduos. Ao trazermos este conceito para o estudo, nos guiamos pelo ponto segundo o qual, Weber, para visualizar a acção social, deve-se ter o sentido atribuído à acção pelo agente, de modo a que se compreenda a actuação do indivíduo em sociedade.

Para Weber, a compreensão da acção social passa por três elementos principais; o reconhecimento, a significação e a percepção. No reconhecimento, a acção deve levar em conta a conduta e a presença e a existência do outro; a significação deve ter em conta as expectativas do outro e a percepção, o agente percebe as expectativas e decide se vai atendê-las ou não (apud Moraes e Filho, 2003).

Em Weber, o reconhecimento, a significação e a percepção só são concretizáveis tendo em conta as três formas de acção por ele estudadas, a racional em relação a fins e a valores, a acção afectiva e a acção tradicional estas orientam a conduta dos indivíduos em interacção na sociedade frente a uma situação concreta (Idem, 2003).

Durkheim, analisou a acção social como um facto social, maneiras de pensar, agir e sentir dotadas de coerção e exteriores ao indivíduo pelo qual se impõe para a determinação dos fins

perseguidos pelo agente que possibilita a visualização e coerência da sua condutada (Durkheim, apud Moraes e Filho, 2003).

Tanto em Weber assim como em Durkheim, encontramos aspectos convergentes em termos de abordagem sobre a acção social que é a questão de os actores sociais durante a acção lograrem atingir certos fins. Consideramos relevante trazer a discussão este conceito, na medida em que, o estudo traz para análise a acção da polícia de protecção sobre os delinquentes juvenis.

Um conceito fundamental a considerar neste estudo é o da violência. Segundo Tavares (1997) a violência é o *modus operandi* da segurança pública, particularmente da polícia que a reproduz em vez de a combater, reduzir e eliminar. Esta violência segundo o autor, é caracterizada pelo uso real ou virtual da coerção, possibilitando o reconhecimento do outro pela diferença, pessoa, classe, género e raça, segundo o uso da força e causando algum dano.

Para Weber apud Michaud (2001) há violência quando em uma dada situação de interacção social, um ou vários actores agem de maneira directa e indirecta causando danos a uma ou duas pessoas em graus variados, seja fisicamente ou moralmente em sua posses, participações simbólicas ou culturais.

O conceito da violência para o nosso estudo será operacionalizado com o conceito de acção, na medida em que, para Michaud (2001) a violência varia consoante o tempo e o espaço combinado com as representações sociais que os actores criam para guiar as suas condutas e as representações sociais orientam as acções dos actores e são mais importantes que a ordem legalmente estabelecida e determinada por lei.

Assim, consideramos a violência como resultado de uma acção. Portanto nos importa apartir da reflexão feita considerar acção violenta como o uso da força ou coerção que fere a integridade física e moral de um ou vários indivíduos ocasionando danos em variados graus.

### Capítulo III. Metodologia

Nesta fase, trazemos os elementos que respondem a pergunta *como fazer?* Isto é, os métodos que nos levarão ao alcance dos objetivos desejados em relação à nossa problemática de estudo que está relacionada com a acção violenta dos agentes da Polícia, a partir das suas representações. Para a compreensão do estudo, relacionado com as representações, recorreremos ao método qualitativo.

O método qualitativo pelo seu carácter descritivo, levou-nos à compreensão dos significados e dos sentidos que o nosso grupo alvo atribui ao fenómeno da delinquência juvenil, assim como a influência das representações sociais na acção quotidiana da polícia sobre os delinquentes durante as suas actividades de rotina .

Quanto ao método de procedimento para a recolha de dados, privilegiamos o método monográfico. Este método permitiu o estudo solitário da vida do grupo por nós escolhido, sua profissão evitando a dissociação dos seus elementos. Deste modo, foi possível seleccionar um grupo de agentes da polícia de protecção com quem fizemos um estudo profundo das suas representações sobre o fenómeno da delinquência juvenil, sua interacção com o delinquente tido por eles como o seu alvo e posteriormente compreendemos a sua acção sobre o delinquente.

Quanto ao método de abordagem seleccionado, foi o hipotético-indutivo que consistiu na escolha de uma teoria que permitiu a construção de uma hipótese testada no campo de estudo tendo em conta a relação de causa-efeito e em estabelecer cadeias de raciocínios em conexão ascendente, isto é, do particular para o geral.

O método hipotético-indutivo contribuiu para que a partir de opiniões e ideias particulares dos nossos entrevistados, chegássemos a constatações e ideias gerais acerca da influência das representações na acção da polícia.

Em relação à identificação da amostragem e das técnicas, para o nosso estudo privilegiamos a amostragem não probabilística, em que a escolha do grupo alvo da pesquisa não depende de nenhuma probabilidade, motivo pelo qual são também denominadas amostragem dirigidas.



Para o nosso estudo recorreremos à amostragem intencional, esta amostragem permitiu que de forma intencional nos dirigíssemos ao grupo alvo que compôs a amostra de forma a colher do grupo uma opinião acerca do assunto.

Quanto a técnica, foi escolhida a técnica de entrevistas semi-estruturadas, pois estas permitiram que no decorrer da entrevista pudéssemos mudar a estrutura do guião de entrevista, por se tratar de um estudo qualitativo, a técnica de entrevistas semi-estruturadas contribuiu para que fosse possível compreender e analisar o sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontados, dando maior liberdade aos entrevistados de responderem abertamente as perguntas colocadas e ao entrevistador para que possa de forma profunda buscar as opiniões junto dos entrevistados.

A Polícia foi o grupo alvo para o nosso estudo, a escolha do mesmo consubstanciou a nossa pesquisa, que se baseia no estudo do fenómeno da delinquência juvenil. Sendo no contexto nacional, assim como internacional, a gestão quotidiana do crime feita por parte da polícia de protecção que lhe é confiada a tarefa de controlo e combate deste fenómeno.

A nossa amostra para a recolha de dados de campo foi composta por 15 polícias e o critério de identificação da amostra consistiu em primeiro o entrevistado ser polícia, segundo se encontrar em serviço de patrulha diária na via pública. Os critérios seleccionados tiveram como principal o alcance dos nossos objectivos de pesquisa e como forma de testar a nossa hipótese de campo.

O local de estudo foi a 18ª esquadra da PRM, por esta constituir a esquadra responsável pelo distrito urbano nº2, especificamente o bairro de Chamanculo e Malanga na cidade de Maputo como sendo os bairros periféricos de constante citação sobre a violência, roubos, furtos e consumo de drogas. É de referir que, o facto de o nosso entrevistado se encontrar a trabalhar na 18ª esquadra localizado na brigada, não se considerou fechado para que a patrulha seja feita em outros locais.

### **3.1. Constrangimentos do campo**

Em qualquer trabalho não se exclui a possibilidade de encontrar durante a sua realização os constrangimentos de campo. No que se refere ao nosso trabalho, é de referir que, para a concretização do mesmo tivemos várias dificuldades, das quais o primeiro foi o “acesso a informação” que precisavamos, tal como relatórios a nível das esquadras sobre o índice de ocorrência da delinquência anual na fase de elaboração do nosso projecto de pesquisa.

Segundo, chegada a fase da realização do trabalho do campo, este tornou-se difícil pelo facto de com a credencial da instituição (UEM) foi nos dificultado o acesso a entrevistas formais, pois o pedido de audiência nunca foi respondido, sob argumento de que a informação apenas é concedida a pessoas que pertencem ao ministério do interior, pois desconhece-se a aplicação dos dados por parte das pessoas civis. Nesse sentido, tivemos que realizar o trabalho com recurso a bola de neve, pois um entrevistado nos indicava o outro até que conseguimos atingir o número desejado de entrevistados.

## **Capítulo IV. Apresentação, análise e interpretação dos dados**

Os dados recolhidos no campo dizem respeito às representações da polícia sobre os jovens delinquentes, tendo como ponto de partida para a nossa análise o perfil sócio-demográfico dos agentes da polícia. Nas próximas secções apresentamos e discutimos cada um destes pontos, relacionando-os quando possível e oportuno.

### **4.1. Perfil sócio-demográfico dos agentes da Polícia de Protecção**

A recolha de dados foi feita junto de um total de 15 agentes da polícia afectos a (18ª esquadra da PRM), que apresentam uma distribuição dispersa quanto às variáveis que usamos para descrever o seu perfil sócio-demográfico, senão vejamos: a idade, o sexo, nível de escolaridade, anos de serviço como polícia e estado civil, como mostram os dados a seguir apresentados:

Quanto aos dados sócio-demográficos, dizer que, quanto ao sexo a nossa amostra foi composta por dez (10) indivíduos do sexo masculino e cinco (5) indivíduos do sexo feminino. Em relação às idades, estas variam entre os 25 como idade mínima e 36 como idade máxima, exceptuando um caso de um entrevistada com 51 anos de idade. Estes dados indicam que maior parte dos nossos entrevistados são jovens, com 25 a 36 anos de idade.

Quanto ao estado civil é de referir que apenas a agente com 51 anos de idade, é que se encontra no estado civil de casada e os restantes entrevistados da nossa amostra são solteiros. Em relação aos anos de serviço, os dados indicam que a agente com 51 anos de idade, é que apresenta maior tempo de serviço, cerca de 23 anos o que significa que entrou para esta profissão com 28 anos de idade superior a outros polícias que também foram entrevistados, sendo que o tempo mínimo identificado é de 5 anos e os restantes apresentam 7, 8, 9 e 12 anos respectivamente.

Entretanto, o nível de escolaridade é uma das variáveis com menos variação, 12ª classe e o nível de licenciatura. Falando da naturalidade dos agentes, a maior parte dos entrevistados é representado por um total de 10 são naturais de Maputo e os restantes 5 são naturais Inhambane e Niassa. Os agentes provenientes das outras províncias do país (Inhambane e Niassa) responderam que a sua vinda a Maputo esteve directamente ligada a sua formação para a profissão de polícia e posteriormente foram colocados para trabalhar em Maputo.

Estes três locais de naturalidade multiplicam-se quando a variável é residência. Cada agente apresenta seu local de residência, pois verificamos 9 bairros, nomeadamente Khongolote, T3, Khobe, Hulene, Malhangalene, Luís Cabral, Patrice Lumumba, Khongolote, 1º de Maio e Mafalala.

Estes dados revelam que nas variáveis idade, anos de trabalho, local de residência existe uma grande disparidade na distribuição dos agentes. Ao contrário das variáveis nível académico e naturalidade apresentam uma proximidade na distribuição dos agentes, com excepção do sexo que por sua natureza apresenta apenas duas categorias (masculino e feminino). Os dados acima também permitem concluir que, a profissão de polícia é aberta para jovens e adultos acima dos 51 anos partilhando o mesmo espaço, sem discriminação de idade, sexo e nível académico, assim como da naturalidade que varia de Maputo a Niassa e do seu nível de escolaridade que varia de médio a licenciatura.

#### **4.1.2. Origem social do delinquente**

Burgess e Park (apud Madeira, 2003) foram representantes da Escola Americana de Chicago no que tange ao estudo do crime e são os autores das macroteorias explicativas do desvio a partir das zonas de origens dos delinquentes. De acordo com Almeida (2012), essas teorias informam durante muito tempo a intervenção da polícia e foram responsáveis pela apreensão de muitos cidadãos inocentes. Ainda hoje, a polícia acredita existirem zonas mais propensas a ocorrência do crime.

Para o caso específico do nosso trabalho, em entrevistas com agentes da polícia, estes identificaram como bairros propensos os de Chamanculo, Malanga, Luís Cabral e Mafalala. Visto que, os dados revelam uma convergência quanto ao facto de se apontar que as zonas periféricas – de transição como classificou Burgess (Almeida, 2012) – como sendo os que acolhem maior número de delinquentes, nos limitamos neste subcapítulo a discutir as representações dos agentes da polícia sobre os factores que justificam a sua afirmação.

Os dados analisados e interpretados revelam a construção de duas categorias de representação social, nomeadamente: bairros periféricos como lugar de concentração de jovens delinquentes;

bairros periféricos como espaço de fraca condição económica onde se assiste maior abandono escolar. A seguir discutimos e interpretamos cada uma destas categorias.

*“Porque existem pessoas que vendem drogas nas suas residências no Chamanculo e Mafalala, actualmente o número quase que duplicou com a famosa promoção de 3-100”* (Agente 1, com 9 anos de trabalho como polícia).

A indigitação da periferia como acolhedora de bairros com grande número de jovens delinquentes resulta da experiência que os agentes da polícia vivenciam no quotidiano de sua actividade laboral de combate à delinquência. O polícia, como qualquer outro profissional, é levado a rotinizar a sua actividade, criando familiaridade com a realidade com a qual estabelece contacto. Moscovici (2002), aponta que as representações sociais têm a função de tornar o estranho familiar, reduzindo a necessidade de tomar as mesmas decisões continuamente.

O conhecimento dos agentes da polícia identificando nos bairros e residências nos quais se pratica o comércio e consumo de drogas têm oportunidade e capacidade de definir as formas de tratamento a dar os jovens encontrados e os meios pelos quais vão actuar, uma vez, que a sua actividade está vinculada a risco, como afirmam Sales e Araújo (2011) que os polícias convivem diariamente com risco de morte e de serem atingidos gravemente ao longo da sua actividade.

Durante o trabalho de campo, em entrevistas com agentes da polícia, pudemos identificar um outro factor que leva a polícia a representar um jovem delinquente, que é o abandono escolar que está ligado aos bairros identificados como propensos a ocorrência de delinquência tendo relação directa estabelecida com a fraca condição económica.

A sociedade é uma rede de instituições sociais que têm, dentre outras funções socializar os cidadãos para que possam responder às expectativas que se tem deles, como satisfazer os seus objectivos. Dentro da sociedade são definidos não só os objectivos legítimos que os indivíduos devem perseguir, como também os meios a partir dos quais esses objectivos devem ser atingidos.

De acordo com Fonseca (1989), é comum que a falta de educação formal seja apontada como um factor determinante para que os jovens enveredem pelo caminho da delinquência, pois lhes faltam valores que só a escola pode transmitir, lhes faltam conhecimentos técnicos para que

possam integrar-se no mercado de trabalho e lhes faltam o conhecimento das formas normais de comportamento.

De acordo com os dados, uma parte dos agentes da polícia identificados apontam bairros como Chamanculo, Maxaquene, Mafalala, como sendo os que acolhem maior número de jovens delinquentes porque têm a representação social de que a predominância de altos níveis de abandono escolar como resultado da fraca condição económica das famílias dos jovens constitui factor para esta classificação. Podemos ler esta representação nos estratos de entrevistas que apresentamos nas linhas seguintes:

*“Porque em muitas famílias as condições de vida são difíceis até para poder estudar, o que faz com que muitos jovens abandonem a escola e optem por arranjar biscates e o dinheiro que daí conseguem em vez de sustentar a escola, pela frustração acabam por enveredar pelo consumo de bebidas alcoólicas e estupefacientes”* (Agente 4, com 7 anos de trabalho como polícia)

A partir destes estratos de entrevistas constatamos que os agentes da polícia defendem que os jovens que não frequentam a escola dedicam seu tempo na aprendizagem e desenvolvimento de comportamento desviantes. Na perspectiva de Cohen (apud Moore, 2002), os jovens nestas condições produzem, aprendem e desenvolvem técnicas e valores delinquentes, construindo assim o que o autor designa de subcultura delinquente.

As estatísticas constituem uma ferramenta utilizada pelo corpo policial do qual faz parte um dos agentes policiais com os quais trabalhamos. Este classifica os bairros de Chamanculo, Malanga, Fajardo como sendo os que acolhem o maior número de jovens delinquentes tendo como base estatísticas decorrentes das queixas formuladas pelas populações desses bairros.

A classificação dos bairros com maior incidência de jovens delinquentes com base na representação social das estatísticas decorrentes das queixas das populações como factor determinante reflecte a reprodução das perscrições institucionalizadas. Assim, os agentes obtêm na instituição policial as ferramentas a partir das quais fazem seus juízos no que concerne `a delinquência e aos delinquentes.

A associação entre o crime e a pobreza dominou todo um conjunto de teorias construídas em torno do crime, tendo mantido oculto os crimes de “colarinho branco” cometido por pessoas com elevado prestígio dentro da sociedade. De acordo com Akers (1997 apud Noronha, 2003), dentre as teorias que defenderam esta associação podemos destacar a teorias da organização social, as formulações acerca de fins culturais e desejáveis e de meios legítimos escassos e a teoria da oportunidade para o crime, centrada na existência de alvos vulneráveis e actores motivados.

Alguns teóricos como Sutherland (apud Moore, 2002) tem formulado quadro teórico que visava superar esse reducionismo, mostrando que tanto em contextos de carência, assim como em contexto de fartura ocorrem práticas desviantes, pois existem outros factores, que não nos importa aqui discutir, que levam ao comportamento desviante. Basta recordamos que Sutherland (apud Moore, 2002) mostrou que o crime decorre de um processo de aprendizagem. Contudo, persistem hoje representações na consciência social que continuam associando a pobreza ao desvio<sup>4</sup>. Podemos olhar para o estrato que apresentamos a seguir a forma como o desviante é representado como sendo aquele corrente de condições económicas:

*“O delinquente considero alguém de fracas condições económicas e com ambições de alcançar um outro nível de vida, por isso acaba optando por praticar crimes”* (Agente 7, com 5 anos de trabalho como polícia).

Não basta carecer de condições económicas sustentáveis têm que se associar `as ambições de satisfazer seus desejos. Assiste-se assim, um desfasamento entre as condições das quais os jovens dispõem e os recursos económicos necessários para a satisfação de suas ambições. Deste modo, a delinquência aparece como um meio a partir do qual se consegue recursos para a satisfação das ambições juvenis ou mesmo um meio para a satisfação directa dessas ambições.

---

<sup>4</sup>Podem notar que usamos as palavras “crime”, delinquência e “desvio” de forma indiscrimina sem nos preocupar com as diferenças conceptuais que os separam. Justificamos este procedimento pelo facto de queremos evitar entrar em questões conceptuais, uma vez, que dentre os agentes de polícia entrevistados a sua utilização foi feita desta forma. Assim, consideramos o crime, delinquência e desvio todo o comportamento que vai contra uma norma social.

Fizemos antes, de passagem, referência a uma das teorias na qual se associa a pobreza ao crime, a teoria funcionalista de Merton<sup>5</sup> e vemos agora como alguns dos princípios desta teoria reflectidos no depoimento anterior. Merton (apud Moore, 2002) usa o termo *inovação* para descrever os indivíduos que incorrem a delinquência como forma de atingir seus objectivos que dificilmente conseguiria pelos meios impostos e legitimados pela sociedade.

## **4.2. Representações da Polícia de Protecção sobre o delinquente jovem**

Como representações da polícia sobre o jovem delinquente constatamos: delinquente como portador de uma aparência física debilitada e agressiva, roupa larga (*swagger*); delinquente como alguém de uma origem social periférica e de uma fraca condição económica da família; Procuramos compreender as representações que os polícias têm sobre o delinquente, respondendo a pergunta, como identifica e caracteriza um jovem delinquente? Os dados oferecem respostas dadas a esta pergunta que agrupadas em duas categorias que passamos a discutir a seguir.

### **4.2.1. Delinquente como portador de aparência física debilitada**

Os agentes da polícia encontram-se em contacto directo com jovens que são identificados com tendo comportamento violento. Em função disto, os polícias são obrigados a adoptar meios ou critérios para identificar aqueles indivíduos que podem constituir o perturbador da ordem, isto é, aquele que na sua visão representa um delinquente.

Um dos critérios adoptados pelos agentes da polícia é a aparência física por se ter a visão como um meio pelo qual a delinquência é apreendida. Os agentes entrevistados reconhecem ser possível identificar um delinquente a partir da sua aparência física pelo que afirmam que uma estrutura física debilitada, representa uma característica essencial de um delinquente. Apreciemos a representação do delinquente como portador de estrutura física debilitada no estrato a seguir:

*“Eu particularmente identifico um jovem delinquente através de factores como a debilitação do corpo e de uma estrutura física fraca. É possível identificar para um e outro jovem, mas insisto*

---

<sup>5</sup>Para compreender os pontos centrais e princípios desta teoria ver: MOORE, Stephen. Sociologia: as principais perspectivas, as mais importantes temáticas da actualidade, texto claro e conciso, Portugal: Publicações Europa-América, 2002.



*em dizer que a característica principal é o rosto debilitado.” (Agente 5, com 5 anos de serviço como polícia)*

*“É normal receber indivíduos que por ver logo à primeira suscita desconfiança pela forma de ser, pelas características da aparência agressiva, logo percebe-se que se dedicam a assaltos na via pública, nas residências e crimes de burla que actualmente ocorrem e crimes com recurso a armas de fogo entre os 30 a 40 anos” (Agente 4, com 8 anos de serviço como polícia).*

Estes depoimentos revelam que, não obstante no interior do debate científico em torno do delinquente se ter há muito tempo criticado e colocado em cheque-mate as ideias que defendiam a possibilidade de identificar o delinquente a partir de sua aparência física<sup>6</sup>, persistem ainda no interior da actividade policial. Os indicadores apontados pelos agentes entrevistados podem não ser inatos, podendo resultar de situações específicas dentro das quais os indivíduos se encontram ou de consumo de determinados produtos, como é o caso de bebidas alcoólicas.

A agressividade não só é um indicador de jovem delinquente, como também constitui – como veremos mais adiante – um elemento de discernimento, se deve ou não recorrer ao uso da violência. Deste modo, os jovens que tenham aparência ou manifestem comportamentos agressivos são imediatamente identificados como delinquentes, pelo que carecem de interpelação policial.

#### **4.2.2. Delinquente como alguém que veste diferente: “swagger”**

Às características físicas são acrescentados outros indicadores vinculados à aparência do delinquente. Encontramos ainda, nesta categoria discursos de polícias que assumem ser possível identificar ou pelo menos desconfiar de um delinquente a partir da roupa que veste, pois existem formas de vestir típicas de delinquentes. Vejamos o estrato a seguir:

*“Desconfiamos mais os famosos “swagger” pela forma de vestir, tranças, e cortes exagerados” (Agente 3, com 7 anos de trabalho)*

---

<sup>6</sup>Ideias semelhantes foram defendidas pelo antropólogo Lombroso que chegou a defender que as características do criminoso inato eram baixa capacidade craniana, testa encolhida, narinas grandes, crânio grosso, orelhas grandes, maxilar inferior protuberante, cabelo crespo e em tufo e dentes caninos proeminentes. Para mais detalhes, ver MISCKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças, 2005, p. 19 – 20.

*“Eu identifico como um mal trajado, mal apresentado fisicamente o que revela a situação de desamparo”* (Agente 8, com 8 anos de trabalho com polícia)

As duas situações analisadas a partir dos estratos das entrevistas que apresentamos revelam um processo de objectivação levado a cabo pelos agentes da polícia. Recordando que Moscovici (2002) concebeu a objectivação como o processo pelo qual se transforma um objecto abstracto conceitual, ideia em imagens de fácil expressão. Através da objectivação os indivíduos materializam um conceito em imagens.

Os agentes da polícia têm um conceito de delinquente, que para a facilitação da sua actividade de combate à delinquência precisam de a materializar, através da construção e identificação de indicadores concretos a partir dos quais podem identificar o delinquente. A estrutura física debilitada, a roupa *swagger*, as tranças, os cortes exagerados, são todos estes elementos usados para objectivar e identificar um jovem delinquente.

Apesar da identificação do jovem delinquente a partir da aparência ser um procedimento que de certo modo facilita a actividade quotidiana do polícia, ele implica uma série de risco, principalmente o de usar a violência contra jovens que não são delinquentes.

De acordo com De Abreu (2011), o polícia não conhece de forma detalhada as características dos delinquentes, a intervenção é feita muitas vezes às cegas, por um processo de ensaio. O risco de interpelar e sentenciar prematuramente um jovem em função do traje é reconhecido por alguns agentes que assumem que a realidade não só revela que os jovens que se vestem de uma forma “estranha” podem não ser os delinquentes, como os jovens que são realmente delinquentes podem se apresentar bem vestidos que o olhar desatento não pode desconfiar, como está expresso no estrato a seguir:

*“A roupa já foi um indicador, mas agora é muito complicado porque há indivíduos que aparecem bem trajados na via pública que parecem trabalhadores de bancos, escritórios, enquanto são pessoas que estão a ir praticar crimes hediondos”* (Agente 6, com 12 anos de serviço como polícia).

A actividade do polícia é feito desta ambivalência da consciência de se poder identificar por via do contacto visual, tendo o estado físico e a roupa trajada como indicadores concretos e da

consciência de que essa forma de proceder acarreta alguns riscos tanto para o polícia que pode transgredir os procedimentos técnicos, como para os jovens que podem sofrer danos físicos ou morais pelo simples facto de terem sido assumidos como delinquentes. Esta é a realidade que os dados que descrevemos anteriormente nos permitem constatar.

### **4.3. Representações da Polícia de Protecção sobre o uso da violência**

#### **4.3.1. Uso da violência na acção quotidiana da Polícia contra os jovens**

A partir de Moscovici (2002) podemos compreender que o cumprimento integral das normas reflecte o facto de as representações sociais determinarem os limites de um grupo, ou seja, elas distinguem os membros de cada grupo, orientando de forma condicionante o comportamento dos membros de toda a colectividade, determinando as suas práticas e atitudes. Apesar de actualmente apontar-se para o desfasamento entre as regras de conduta prescritas no corpo policial e a realidade com a qual se deparam no exercício da sua actividade, o que é defendido por alguns agentes como os dados permitiram compreender e demonstram ser possível identificar polícias a quem as representações colectivas prescritas continuam a determinar as suas práticas e atitudes.

De acordo com Moscovici (2002), as instituições sociais enquanto realidades colectivas possuem sua própria história e ainda que dure a sua imposição aos indivíduos, não são irreversíveis, mas sempre susceptíveis de perder com o tempo a sua anterior importância, através dos processos sociais dos quais são parte. Deste modo, a sua reprodução na consciência dos indivíduos não pode ser garantida de forma infinita independentemente dos mecanismos adoptados para a sua imposição.

A polícia, tal como qualquer instituição na sociedade, possui normas e regras a seguir, o código do polícia como uma instituição que se impõe aos indivíduos não se pode reproduzir na consciência dos agentes da polícia da mesma forma e continuamente. Podemos assim compreender o facto de encontramos polícias que afirmam que o seguir o código de conduta é um imperativo, porém existem situações nas quais são compelidos a desviar-se. Os estratos que apresentamos a seguir são apresentados por polícias que reinterpretem as prescrições e desviam-se delas:

*“Bom, há momentos em que há realmente necessidade de agir de forma diferente a que está prescrita, porque existem situações que são resolvidas na rua e terminam por lá, sem a necessidade de chegar a esquadra, quando por ex: o jovem prova que não cometeu nenhum delito e que se encontrava no local da infração por acaso, e chega à esquadra também pode terminar a nível da esquadra”* (Agente 1, com 9 anos de profissão)

*“Olha, não é possível cumprir com tudo, porque como dizia hoje parece que a polícia está a perder valor na sociedade, hoje é o cidadão o primeiro a desrespeitar a polícia e a falar mal dela, então, por ex: na constituição vem que a polícia é apartidária, não deve pertencer a partido A nem B, mas o que acontece lá é que se não é daquele partido político, é da esquerda saiba que haverá problemas do teu lado, agora há sensibilização para votar no partido A e não B”* (Agente 3, com 7 anos de profissão)

Estes dados reflectem três situações distintas nas quais os polícias se sentem compelidos a abandonar ou desviar-se do código de conduta. No primeiro caso constatamos que o não cumprimento do código penal deve-se à constatação de se ter interpelado um jovem que pelo facto de ter sido encontrado no local da ocorrência do delito foi assumido temporariamente como delinquente.

A polícia é uma instituição a quem é reservado o direito por legitimidade do uso da violência, o que não faz com que não se questione os mecanismos e as circunstâncias nas quais esta violência pode ser o recurso viável. O debate que se tem levantado na arena pública em torno do uso da violência por parte dos agentes da polícia em Moçambique cinge-se em procurar saber se trata de um imperativo institucional ou de uma intervenção arbitrária dos agentes da polícia no seu campo de trabalho.

David Bayley (apud Costa, s/d) olhava para a polícia como organizações destinadas ao controlo social com autorização para utilizar a força, caso seja necessário<sup>7</sup>. Assim, a actividade policial é caracterizada pela possibilidade de fazer o uso da força, contudo, quando a força é usada em

---

<sup>7</sup>Para não criar confusão entre a polícia e a milícia que também tem legitimidade para o uso da força, o autor afirma que a diferença recai sobre o tipo de situação na qual normalmente a polícia é empregada. Enquanto que as forças armadas são empregadas no controlo social em situações excepcionais, e nos casos dos regimes democráticos dentro de determinados limites, os polícias realizam essa tarefa no quotidiano.

situações não previstas por lei ou, para as restantes instituições da sociedade, em níveis acima da necessidade constitui um recurso que periga não só a saúde dos cidadãos, como a imagem da própria polícia.

Apresentamos e discutimos neste capítulo dados referentes ao uso da violência por parte dos agentes da polícia com o objectivo de compreender até que ponto o seu recurso é influenciado pelas representações sociais sobre o jovem delinquente. Vejamos a seguir as situações nas quais se recorre ao uso da violência e como é que se justifica a importância do recurso ao uso da violência por parte da polícia.

A preocupação com a salvaguarda dos direitos humanos na sua actividade é também partilhada pelos agentes da polícia moçambicana, vejamos a seguir um dos estratos da entrevista que fizemos a interlocutora mais velha dentre todos que constituíram a nossa amostra, como podemos ver a seguir:

*“Nos tempos, a polícia era violenta em todas as circunstâncias como uma violência oficial, mas actualmente tem se optado pelo respeito aos direitos humanos dos cidadãos principalmente dos adolescentes e jovens que são actualmente mais vulneráveis a actos de delinquência.”* (Agente 1, com 9 anos de profissão)

Apesar de se reconhecer e assumir a necessidade de zelar pelos direitos humanos dos cidadãos na actividade do polícia, não se retira a possibilidade de se recorrer a violência em determinadas circunstâncias. Isto é o que constatamos quando analisamos outro estrato da entrevistas da agente anterior, não obstante esta optar por discernir entre violência e força:

*“Hoje em dia para que se recorra a violência é quando mostra resistência quando é abordada. Mas não se trata exactamente de violência, mas de força, naqueles casos em que o jovem tenta resistir para se defender por saber que foi parar naquele local por acaso”* (Agente 1, com 9 anos de profissão).

As circunstâncias que se faz referência são aquelas em que os jovens se mostram resistentes de acordo com a agente por saberem que são inocentes – aprofundamos numa das próximas secções a importânciado uso da violência nestas circunstâncias. Deste modo, o uso da força por parte da

polícia pode justificar-se, contudo, a realidade revela o uso da força em circunstâncias nas quais não há nenhuma resistência por parte dos jovens, o que é reconhecido pelo agente quando afirma que *“existem polícias que ainda fazem o uso da violência em qualquer circunstância e de qualquer maneira, esses são jovens porque entram na polícia para ter emprego e não por entrega total”*.

Os jovens são vistos como os que incorrem ao uso da violência comparando com os mais velhos, o que na opinião destes está associado às motivações que os levam a ingressar na polícia, o que faz com que ignorem os princípios deontológicos policiais. Pesembora os dados dos quais dispomos não permitam defender esta relação, esta pode ser explicada pelos dados que mostram que os polícias mais novos em termos de idade e de tempo de serviço na profissão de polícia são os que se mostraram mais propensos ao uso da violência e a se desviar apontando factores como stress e frustração.

A segunda situação de desvio com relação às prescrições reflecte aquelas nas quais estes se sentem ameaçados. Nestas circunstâncias os agentes, como forma de se defender, sentem-se compelidos a ameaçar o suspeito de delito. De acordo com (Sales e Araújo, 2011) situações de ameaça ao polícia fazem parte da natureza da sua actividade. O combate ao crime é uma actividade inserida em riscos por vezes não previstos no regulamento interno, pelo que não se criam mecanismos apropriados para os controlar. Deste modo, os agentes da polícia são obrigados a improvisar e o imprevisto pressupõe um desvio que está legalmente instituído.

As situações em que os agentes entrevistados ignoram as prescrições não se limitam às descritas anteriormente, verificamos a existência de mais um caso no qual se torna juíza da sua própria causa enquanto profissional, isto é, ele compreende que as instâncias competentes para julgar e sentenciar os delinquentes detidos não cumpriram com a sua função, não restando outra alternativa se não ele mesmo fazer justiça. Esta forma de desviar-se do código de conduta ocorre quando os agentes deparam-se com jovens delinquentes reincidentes, como se afirma no estrato a seguir:

*“Há casos em que acaba sendo necessário se desviar, quando se trata de mesmos jovens que cometem crimes. Temos que tomar medidas diferentes das que nos são apresentadas (...) porque*

*o tribunal por vezes não encontra provas para incriminar, a pessoa paga fiança e sai e volta para a rua e continuar a praticar crimes”* (Agente 8, com 8 anos de profissão).

O quotidiano dos agentes da polícia apresenta uma diversidade de situações vivenciadas por estes agentes. Em função destas experiências, os polícias reinterpretam as regras e norma vigentes na polícia e decidem cumprir ou não. Os dados discutidos revelam que enquanto uns se desviam destas prescrições em situações de ameaças, outros em situações nas quais descobrem a inocência de jovens presos e outros ainda, em situações em que se deparam com jovens delinquentes reincidentes.

Weber (1995) ao analisar a construção do Estado moderno apontou como essência o monopólio da violência. Este monopólio resultou do abarcamento da violência de todos outros actores sociais reservando a si o seu direito. Deste modo, de acordo com Grossi (1999), o desafio do Estado consiste em impedir a livre circulação da violência, restringindo as condições de sua existência de forma difusa no conjunto da sociedade, excluindo-a das práticas quotidianas de interacção social no seio da sociedade civil.

Mesmo que os conceitos Weberianos constituíssem tipos ideais e que Moçambique siga o modelo europeu de Estado, a realidade está bem longe de ser como está teoricamente explicada, pois não só assistimos diferentes formas de violência espalhadas na nossa sociedade, como as instituições que deveriam monopolizar a sua utilização o fazem acima e fora do que está legalmente estabelecido.

Os dados revelam que os agentes da polícia recorrem ao uso da violência de forma clandestina mesmo sabendo que não lhes é permitido nos termos que eles implementam. De acordo com os dados, os agentes da polícia afirmam que fazem o uso da violência contra os jovens de forma clandestina, como podemos verificar nos dois depoimentos abaixo:

*“Na altura havia tortura oficial pela situação de guerra em que o país se encontrava, mas actualmente é de forma clandestina e quando é necessário, porque as vezes a polícia frustra-se pela falta de respeito de alguns abordados, pois a polícia tende a perder o seu valor na sociedade, por vezes é vista como delinquente também”* (Agente 3, com 7 anos de profissão).

*“Como já tinha dito antes, por saturação da polícia com relação ao indivíduo, acaba havendo violência clandestina”* (Agente 4, com 8 anos de profissão).

Os estratos das entrevistas anteriores revelam que não obstante se afirmar que se faz uso da violência de forma clandestina, é justificável pelo facto da polícia sentir-se, por vezes, frustrada, stressada e saturada com relação ao comportamento dos indivíduos que por eles são abordadas. Nestas circunstâncias a clandestinidade garante a possibilidade de recorrer ao uso da violência por meio do chamboco e das algemas que são os meios pelos quais ela se efectiva.

Os agentes da polícia afirmam que o tratamento que é dado aos jovens é igualitário como está previsto legalmente, contudo, em função do comportamento que jovens de determinados estratos sociais adoptam para com a polícia existe uma maior probabilidade de que a violência seja mais usada para jovens de determinados estratos sociais, como podemos verificar no estrato da entrevista de um dos agentes entrevistados:

*“Todos têm o mesmo tratamento, o que acontece é que aqueles da zona alta são mais complicados de lidar com eles, porque pensam que pelo facto de a família possuir um padrão de vida alto podem comprar o silêncio da polícia para que não prossiga com o caso e são eles que agredem a polícia com palavras insultuosas e ofensivas, o que leva a polícia a estar melhor preparada para lidam com os mesmos”* (Agente 3, com 7 anos de profissão).

Estes dados revelam que os agentes da polícia têm a percepção de que os jovens que fazem parte de família com padrões elevados de vida e com prestígio dentro da sociedade são os que os levam a agir com violência, pois são prepotentes pela posição que ocupam. Deste modo, os agentes já se encontram preparado para agir quando se encontram com jovens desta natureza. Deste modo, esta percepção serve de base para o uso da violência, cumprindo a função orientadora da acção policial, o que é compreensível a partir de Moscovici (2002) que afirma que as representações sociais têm como papel também o de orientar os indivíduos nas suas acções quotidianas.

De acordo com Machado e Noronha (2002), muitos dos trabalhos desenvolvidos em torno da delinquência juvenil assumiram que os polícias agem com violência com jovens residentes em bairros periféricos e pobres, visto que, fazem uma associação entre a delinquência e a pobreza.



Os dados que discutimos neste trabalho revelam uma situação contrária na medida em que é representação que se tem sobre jovens de família não pobres que conduz a utilização da violência embora seja de forma clandestina.

#### **4.3.2. Uso da violência contra jovens reincidentes à delinquência**

O Estado moçambicano assenta na divisão dos poderes, judicial, executivo e legislativo cujo funcionamento é interdependente. Deste modo, a polícia de protecção como sendo um órgão que faz parte do Ministério do Interior constitui um poder executivo cujo campo de jurisdição no controlo social não lhe permite a prisão de delinquente caso este não seja encontrado em flagrante<sup>8</sup>.

Mesmo em situações de prisão de um delinquente a polícia tem como obrigação submetê-lo ao tribunal, o que na perspectiva de alguns agentes lhes coloca em situação constrangedora, visto que, na sua percepção são obrigados a ter que se deparar inúmeras vezes com o mesmo delinquente que tinham prendido. Nestas situações nas quais os agentes deparam-se com jovens delinquentes reincidentes o recurso a violência é uma prática presente na sua actividade.

O estrato a seguir representa a posição de um dos agentes entrevistados que afirma que é normal a polícia recorrer a violência quando depara com um jovem delinquente e que o reconhece como reincidente:

*“Há casos em que recebemos reclamações dos cidadãos sobre a agressividade de alguns polícias, mas também temos acompanhado casos em que jovens são julgados e absorvidos e depois voltam e cometer crime. Nesses casos a polícia ao reconhecê-lo logo, há choques entre ambos que podem culminar com o uso da violência por parte da polícia por saturação”* (Agente 4, com 8 anos de profissão)

A harmonização da actividade policial e dos agentes da justiça não é assim tão ligada. Nas situações em que os agentes da polícia efectuam uma prisão e encaminham o detido à barra do tribunal, os juízes podem enveredar pela soltura do preso em função de critério de avaliação por

---

<sup>8</sup>Ninguém pode ser preso e condenado por acto não qualificado como crime no momento da sua prática (CRM, 2004: 60 Art). Nenhum cidadão pode ser julgado mais do que uma vez pela prática do mesmo crime (Art. 59)

eles utilizado. Contudo, para os polícias, esta situação não é nada satisfatória porque o mesmo jovem antes preso volta a ser encontrado.

Deste modo, os agentes da polícia assumem duas posições com relação aos procedimentos dos tribunais no que diz respeito aos jovens detidos e encaminhados a jurisdição desse poder, como podemos verificar nos estratos de entrevistas que apresentamos a seguir:

*“Nós trabalhamos para deter o jovem delinquente e o tribunal solta é aí onde há choques, então da próxima vez que a pessoa é detida acaba por ficar muito tempo na esquadra propositadamente, por se saber que ao ser encaminhado ao tribunal voltará a sair sem ser condenado porque os tribunais sempre soltam, não há seriedade”* (Agente 4)

*“A polícia trabalha para atenuar e combater o crime e a violência, mas o que acontece é que parece que os criminosos não respeitam a polícia, por isso dizia que as vezes são as mesmas pessoas que cometem crimes e da mesma forma, porque o tribunal não encontra provas para incriminar, a pessoa paga fiança e sai e volta a rua praticar crimes. Para dizer que nesses casos, por encontrar as mesmas pessoas pode aplicar-se algumas penas não previstas, por exemplo, acaba ficando muito tempo na esquadra como punição”* (Agente 8, com 8 anos de profissão)

Os dois casos anteriores revelam que alguns agentes olham para o trabalho dos tribunais de forma pessimista, assumindo que estes libertam de forma deliberada os criminosos, que por sua vez, tendo consciência da falta de seriedade dos tribunais não hesitam em reincidir, visto que serão imediatamente libertados. O outro posicionamento é dos agentes que acreditam na actividade dos tribunais, que a libertação dos deficientes deve-se ao facto de não se ter obtido provas que justifiquem a condenação do jovem preso.

Contudo, independentemente da posição que assume com relação aos procedimentos dos tribunais, é o facto de os detidos escaparem das mãos dos agentes de justiça que constitui um situação frustrante para a polícia que é compelida a encontrar os mesmos jovens delinquentes na rua, o que justifica o uso da violência.

#### 4.3.3. Violência como justificação à reacção do jovem delinquente

É conhecida a lei do campo da física segundo a qual onde há acção há reacção. Apesar de ser inerente ao campo da ciência social, a vida quotidiana é igualmente em algumas circunstâncias conduzida de acordo com esse princípio. Foi possível identificar nas falas de um dos entrevistados que *“há casos em que comportamentos gerem comportamentos”*.

O uso da violência por parte dos agentes da polícia resulta deste modo da forma como os jovens reagem a interpelação da polícia. De acordo com os dados, quando os jovens resistem à interpelação do polícia este, por sua vez, vê-se no direito legalmente concedido de recorrer a violência para proceder com sua actividade como podemos documentar a partir do estrato de entrevista que apresentamos a seguir:

*“Bem, a polícia às vezes ,vê-se em situação de ter que recorrer ao uso da violência, a lei permite isso, mas especialmente em casos de resistência”* (Agente 2, com 5 anos de profissão).

Em outras situações não se trata simplesmente de uma questão de resistência dos jovens interpelados, mas também de uma ameaça aos próprios polícias. Ao conceber a sua actividade como sendo de risco os polícias procuram defender-se contra a sua ocorrência e, em certas circunstâncias, de acordo com os dados, os agentes da polícia se sentem ameaçados. O estrato de entrevista que apresentamos a seguir é uma narrativa dessas situações:

*“O que posso dizer é que a violência que possivelmente a polícia comete é má reacção do cidadão que pensa que a polícia quer prejudicar-lhe, a polícia apenas tenta defender-se e também trata-se de uma profissão de alto risco que depois termina o dia com muito stress por parte dos membros”* (Agente 7, com 5 anos de profissão).

Estes agentes da polícia não diferenciam o tratamento dos jovens em função de nenhuma de suas características sejam físicas, origem social ou geográfica. Podemos ver assim, que o único elemento distintivo é a reacção dos jovens. A simples troca de palavras insultuosas com a polícia, independentemente de ser ou não culpado, serve para justificar o recurso a violência contra os jovens.

Porém, o uso da violência em algumas situações é feita contra jovens que tenham sido interpelados numa situação de desconfiança. Nos casos estudados encontramos agentes que afirmam ter recorrido ao uso da violência contra jovens que presumiram tratar-se de delinquentes, mas que depois de uma investigação constataram que eram inocentes porque estes reagiram à prisão alegando a sua inocência, como podemos verificar a seguir:

Os dados discutidos nesta secção revelam que o uso da violência constitui uma forma de procedimento na actividade policial quando se depara com jovens resistentes. Mas é também um meio de gestão de risco ao qual estão sujeitos os seus agentes em situações de ameaça. Contudo, o uso da violência contra jovens não significa que o jovem alvo seja delinquente, nem que o polícia tenha razão na sua forma de agir, sendo apenas um mecanismo de trabalho.

## Capítulo V. Considerações Finais

No presente estudo, procuramos responder à pergunta, *em que medida as representações sociais da Polícia de Protecção sobre a delinquência juvenil influenciam na sua acção sobre os delinquentes juvenis?* Tendocomo hipóteses; as representações sociais da polícia de protecção sobre a delinquência juvenil influenciam na sua acção na medida em que, a identificação do delinquente é feita com base em critérios como a raça, o bairro de origem e a aparência física (a indumentária) dos jovens.

Os dados revelaram que os agentes da polícia constroem as suas representações a partir das suas experiências particulares de forma autónoma, assumindo o jovem delinquente como aquele que apresenta uma estrutura física debilitada e formas de vestir e de apresentar diferentes como roupa larga e tranças de cabelo. Os polícias com esta representação, têm na aparência como um elemento a partir do qual identificam o jovem considerado delinquente. Para outros polícias, o facto de um jovem residir em bairros propensos a ocorrência do fenómeno de delinquência, constitui elemento distintivo para identificar o jovem delinquente.

Identificamos ainda que alguns polícias reproduzem ideias que dominaram páginas de estudos clássicos em torno da delinquência. Estas ideias consistem em conceber o jovem delinquente como aquele que vive em áreas periféricas e apresenta uma fraca condição económica da família. Esta ideia reflecte uma lógica explicativa que associa a pobreza e a delinquência, pois segundo alguns dos nossos entrevistados, a fraca condição económica da família, leva ao abandono precoce da escola e como consequência o adolescente jovem recorre à prática de actos ilícitos para sobreviver.

Entre as representações sociais do jovem delinquente e as representações sociais sobre os bairros com jovens delinquentes existem um certo grau de proximidade, na medida em que os dados revelam que os bairros periféricos são a concentração dos jovens praticantes de delinquência juvenil. Esta forma de conceber os bairros resulta de um convívio que os agentes da polícia vão tendo com a realidade.

Nos termos de Moscovici (2002) tanto as representações em torno do jovem delinquente, como dos bairros assumem uma função convencional, na medida em que ajudam os agentes da polícia

a familiarizarem-se com as realidades com as quais entram em contacto apesar de esta familiarização levar a naturalização destas mesmas realidades durante as suas actividades quotidianas como forma de justificar a importância do uso da violência para com os jovens delinquentes. Estas situações revelam a prescrição do que está pré-estabelecido dentro dos procedimentos formais da polícia de protecção.

Não podemos deixar de referir que apesar de haver posicionamento crítico quanto ao uso das estatísticas para o trabalho da polícia este instrumento faz parte do que se designa de inteligência policial, como um processo de controlo, avaliação baseada no conhecimento e informação. A actividade de polícia depende muito da informação que seus agentes têm, a capacidade de obter da realidade social.

Em relação ao uso da violência contra os jovens nas actividades da polícia, esta é vista como monopólio da polícia, mas o recurso a ela é definido por lei em caso de necessidades. Tendo este conhecimento, os polícias procuram justificar a sua utilização em diferentes situações. De acordo com os dados a ideia da necessidade do cumprimento dos direitos humanos leva alguns agentes a submeter o uso da força a estes princípios, procurando fazer que a violência não coloque em causa os direitos humanos.

Para alguns agentes são as situações do quotidiano da sua actividade que ditam e justificam o recurso a violência. Situações estas que vão desde o uso clandestino da força, ao uso para jovens reincidentes até ao uso para jovens cuja acção remeta a esta necessidade ou coloque em causa a integridade moral do polícia, o que se designa por legítima defesa. Deste modo, são mais as circunstâncias do quotidiano tal como a experiência que levam o recurso a violência conjugadas com as representações dos agentes da polícia sobre o jovem delinquente.

Tendo em conta as constatações acima citadas, verificamos que existe concordância entre estas e a hipótese definida para a realização do trabalho na medida em que, tendo em conta a forma de vestir e a aparência física de um jovem na via pública, o bairro onde se encontra a residir, leva a polícia a interpelar o jovem como suspeito de cometer actos de delinquência, assim como a sua acção tem em conta as imagens prescritas que estes possuem sobre o jovem delinquente.

O ponto que se mostrou pertinente e que pode constituir abertura para outros estudos diz respeito ao desfasamento entre o que se estabelece a lei e o que a polícia faz na prática, principalmente a relação entre uso da violência e os direitos humanos. Esta relação pode ser aprofundada ao nível da sociologia do direito no qual se explora a relação à lei, as acções e relações concretas dos indivíduos em sociedade, o que constituiu uma limitação para o nosso estudo, pois este visava apenas buscar as representações sociais da polícia sobre o delinquente juvenil.

## **Anexos**

### **Guião de Entrevistas**

Bom dia/Boa tarde, sou Olinda Adriano, estudante do 4ºano do curso Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane. Estou neste momento a desenvolver o meu trabalho de final de curso subordinado ao tema: *Polícia de Delinquente de costas viradas: um estudo sobre a acção da polícia de protecção sobre os jovens delinquentes no bairro de Chamanculo*. Tenho aqui um roteiro de questões que peço que me ajudem a respondê-las. A vossa colaboração será o meu melhor agradecimento. É de referir que a informação obtida servirá apenas para fins académicos e nada mais.

#### **1. Perfil Socio-demográfico do entrevistado**

1. Idade
2. Sexo
3. Naturalidade
4. Local de Residência
5. Estado civil
6. Nível de escolaridade
7. Anos de trabalho como polícia

#### **2. Origem social do delinquente**

##### **Bairros com maior número de jovens delinquentes.**

8. Na sua opinião em que bairro encontram-se mais delinquentes?
9. Por que acha que nesse bairro encontram-se mais delinquentes e não noutras?

#### **3. Representações sociais da polícia sobre a delinquência juvenil**

10. O que entende por delinquência juvenil?
11. Como é que caracteriza um jovem delinquente?
12. Que elementos usa para identificar na rua um jovem como sendo delinquente?



13. Que traços usa para mandar parar um jovem na rua?

14. Como é possível identificar um delinquente através da roupa?

**4. representações sociais da polícia sobre o uso da violência contra**

15. Em que circunstâncias faz o uso da violência contra um jovem?

16. Já deparou-se com um jovem e agiu com violência e depois descobriu que não se tratava de um delinquente?

17. Não sua opinião é justificável o uso da força contra um jovem só por se desconfia que se trata de um delinquente sem que se tenha feito qualquer investigação?

18. A que tipo de jovem se tem procedido de forma verbalmente e fisicamente violenta durante a sua actividade?

19. Diz-se hoje que a polícia vem sendo violenta contra os jovens, qual é a sua opinião sobre isso?

## Bibliografia

**ANDRADE**, Maria Margarida. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*, 7ª Ed. São Paulo, Atlas, 2006.

**ARAGÃO**, António Moniz. *As três escolas penais: clássica, antropológica e crítica: estudo comparativo*. 7ª ed. LivrariaFreitasBastos, 1938.

**BAYLEY**, David. *Police of the future*. Oxford University Press. 1994

\_\_\_\_\_. *Policimento Comunitário*, 2006.

**BECKER**, Howard. *Outsiders*, Nova Iorque, Free Press, 1963.

**BERGER**, Peter & Luckmann, Thomas. *A Construção Social da Realidade*, 1966.

**BOGDAN**, Robert & Biklen, Sari. *Investigação Qualitativa: uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto editora, Porto, 1994.

**BOURDIEU**, Piérre. *La Distinction. Une Critique Sociale*, Paris, 1979.

**BRITO**, Luís. *Os Condenados de Maputo*, 2002.

**Carvalho**, Maria João. *Entre as malhas do desvio: Jovens, Trajectórias e Delinquências*.

**CRESPI**, Franco. *Manual de Sociologia da Cultura*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

**CUSSON**,. *Criminologia*. Lisboa, Casa das Letras, 2007.

**DA SILVA**, Luís António Machado; Leite, Márcia Pereira. *Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? Sociedade e Estado*. V.22, 2007.

**DURKHEIM**, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa, Presença, 1980.

**FOUCAULT**, Michel. *Arqueologia do Saber*, Zahar Editores, Brasil, 1974.

**DE ABREU**, Lylla Cysne Frota. *Estudos interdisciplinares em psicologia*. Londrina, V.2, 2011.

**MACAMO**, Elísio. *Perspectivas Sociológicas. Um Manual Introdutório*. Imprensa Universitária, Maputo, 2004.

**MACHADO**, Eduardo Paes; Noronha, Ceci Vilar. *A Polícia dos pobres: Violência Policial em classes urbanas*, Porto Alegre, 2002.

**MARCONI**, Marina de Andrade & Lakatos, Maria Eva. *Fundamentos de Metodologia Científica*, 2ª Ed. Atlas, 2007.

**MISCKOLCI**, Richard. *Do desvio às diferenças*, 2005, p. 19 – 20.

**MORAES**, Lúcio Flávio; Filho, António. *O Paradigma Weberiano da acção social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na Teoria Organizacional*. V.7, 2003.

**MOORE**, Stephen. *Sociologia*, Hiper Apontamentos, Europa-América, Portugal, 2002.

**JÚNIOR**, Léo Rodrigues. *É possível uma Construção Social da Realidade?* Brasil, 1990.

**OLIVEIRA**, João Pedro; Queirós, Cristina. *O estudo empírico de Burnout na polícia de segurança pública portuguesa*, Porto Alegre, 2008.

**PAIXÃO**, António Luiz; Beato, Cláudio. *Crimes, Vítimas e Policiais*, 1997.

**PINC**, Tânia. *Abordagem policial: Avaliação do desempenho operacional frente à nova dinâmica dos padrões procedimentais*. São Paulo, Julho de 2007.

Disponível em: <<http://www.usp.br/Sociologia/Crimes>>. Acessado em Março de 2013.

**QUIVY**, Raymond & Campenhoudt, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª Edição, Lisboa, 1998.

**SHUTZ**, Alfred. *As Bases da Fenomenologia. Fenomenologia e Relações Sociais*. 1979.

**VAZ**, Maria João. *Crimes de furto em Lisboa no final de oitocentos*, 2009.

**WEBER**, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

\_\_\_\_\_. *Conceitos sociológicos fundamentais: metodologia das ciências sociais*: Campinas, Cortez, Unicamp, 1992.

### **Documentos Adicionais:**

Amnistia Internacional, 2008.

Human Rights Watch. *Força letal: violência policial e segurança pública*, no Rio de Janeiro e em São Paulo, 2009.

OSISA-Open Society Initiative for Southern Africa. *Avaliação do crime e violência em Moçambique e recomendações para a redução da violência*. Março, 2012.

### **Documento Oficial:**

Constituição da República de Moçambique (CRM). Artigo 254, 2004.